



Da Lâmpada à Alavanca: Por um Inferencialismo e Expressivismo Periféricos

From the Lamp to the Lever: Toward a Peripheral Inferentialism and Expressivism

Marcos Silva

 [0000-0003-1552-2525](https://orcid.org/0000-0003-1552-2525)

marcoossilvarj@gmail.com

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Este artigo propõe uma reformulação crítica do inferencialismo semântico e do expressivismo lógico a partir de uma perspectiva periférica. Argumenta-se que, para grupos submetidos a regimes de dominação racial, colonial e de gênero, a linguagem não deve ser concebida nem como espelho da realidade nem apenas como lâmpada que explicita normas já operantes nos jogos de linguagem. Tais regimes de dominação são analisados como formas de violência gramatical, entendidas como imposição de redes de inferências materiais que não só fixam o significado dos conceitos operantes em nossos jogos de linguagem, mas predam a gramática de uma forma de vida autóctone, porque redistribuem autoridade, valor, reconhecimento e exclusão. Conceitos como “raça” e “gênero” funcionam como eixos conceituais com grande densidade inferencial que naturalizam hierarquias sob aparência de neutralidade normativa. Distingue-se, então, o *bootstrapping* inferencial das alavancas gramaticais. O primeiro designa o processo de explicitação de regras enquanto se participa das práticas que lhes conferem significado. As alavancas gramaticais nomeiam intervenções situadas que identificam fulcros conceituais nessas redes inferenciais, e além de explicitá-los, mobilizam ação coletiva para deslocá-los. Discute-se ainda o aquilombamento normativo como forma histórica de consolidação coletiva de gramáticas alternativas. Exemplos como o Quilombo dos Palmares, a atuação de Malcolm X e dos Panteras Negras são analisados como disputas por soberania gramatical e autodeterminação normativa de grupos minorizados em jogos de linguagem supremacistas, e não como demandas de mera assimilação, integração ou ampliação de direitos civis.

Palavras-chave: expressivismo; inferencialismo; Wittgenstein; Brandon; antirracismo; soberania.

Abstract

This article proposes a critical reformulation of semantic inferentialism and logical expressivism from a peripheral perspective. It argues that, for groups subjected to regimes of racial, colonial, and gender domination, language should be conceived neither as a mirror of reality nor merely as a lamp that makes explicit norms already operative in language games. Such regimes of domination are analyzed as forms of grammatical violence, understood as the imposition of networks of material inferences that not only fix the meaning of the concepts operative in our language games but also prey upon the grammar of an autochthonous form of life, insofar as they redistribute authority, value, recognition, and exclusion. Concepts such as “race” and “gender” function as conceptual axes with high inferential density that naturalize hierarchies under the appearance of normative neutrality. A distinction is thus drawn between inferential bootstrapping and grammatical levers. The former designates the process of making rules explicit while participating in the practices that confer meaning upon them. Grammatical levers name situated interventions that identify conceptual fulcrums within these inferential networks and, beyond making them explicit, mobilize collective action to shift them. The paper also discusses normative “aquilombamento” as a historical form of collective consolidation of alternative grammars. Examples such as the Quilombo dos Palmares, the activism of Malcolm X, and the Black Panthers are analyzed as struggles for grammatical sovereignty and normative self-determination by minoritized groups within supremacist language games, rather than as demands for mere assimilation, integration, or expansion of civil rights.

Keywords: *expressivism; inferentialism; Wittgenstein; Brandon; Anti-racism; sovereignty.*

Como citar

SILVA, Marcos. Da lâmpada à alavanca: por um inferencialismo e expressivismo periféricos. *Sofia*, Espírito Santo, Brasil, v. 15, n. 1, p. e15151834, 2026. DOI: <https://doi.org/10.47456/sofia.v15i1.51834>
Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sofia/article/view/51834>. Acesso em: 27 mar. 2026.

Recebido: 25/02/2026

Received: 25/02/2026

Aprovado: 20/03/2026

Approved: 20/03/2026

Publicado: 27/03/2026

Published: 27/03/2026



Introdução

Disputas políticas profundas raramente se reduzem a desacordos sobre fatos isolados (Fogelin, 1985). Frequentemente envolvem conflitos acerca do que deve contar como fato, evidência, razão ou legitimidade. Tratam-se de conflitos sobre critérios públicos de avaliação e sobre as normas que estruturam práticas regradas. Em outros termos, são conflitos gramaticais. Este artigo parte da hipótese de que regimes de dominação como o racismo, a transfobia e a colonialidade operam não apenas por coerção material, mas por meio da fixação e imposição de regras que organizam e orientam conceitualmente jogos de linguagem cotidianos. Essas regras articulam e fixam o significado de conceitos centrais, autorizam determinadas inferências materiais e bloqueiam outras, delimitando o campo do possível antes mesmo da apresentação de argumentos explícitos. Denominamos violência gramatical (Praxedes e Silva, 2025; Santana e Silva, 2025) o processo de predação, exploração e desarticulação sistemática e proposital das regras que estruturam a gramática dos conceitos operantes nos jogos de linguagem de grupos historicamente oprimidos.

Nesse contexto, para grupos minorizados, a linguagem não pode ser concebida nem como espelho nem apenas como lâmpada. A metáfora da linguagem como espelho, criticada pelo neopragmatismo de Rorty (1979; 2021), naturaliza como descrição neutra ou representação objetiva, com condições de verdade claras, aquilo que já é efeito de hierarquias históricas. A metáfora da lâmpada, decisiva em Abrams (1953) e Brandom (1994; 2000), desloca corretamente o foco da representação para a explicitação de regras e de inferências que fixam o significado de conceitos. No entanto, a mera iluminação, mesmo que ativa, das inferências materiais que estruturam nossas práticas não assegura sua transformação. Gramáticas opressivas podem permanecer intactas mesmo quando tornadas explícitas¹. Sustentamos que,

¹ Como esclarecimento introdutório, este artigo não constitui apenas uma aplicação do modelo desenvolvido em Silva (2026a) sobre alavancagem gramatical, mas um avanço teórico e metodológico em relação àquele trabalho. Se o texto anterior propunha um modelo neopragmatista de intervenção nas estruturas inferenciais dos jogos de linguagem, aqui ampliamos esse quadro em duas direções principais. Primeiro, aprofundamos a própria gramática das metáforas que organizam o neopragmatismo contemporâneo, do espelho à lâmpada, defendendo seu desdobramento em uma terceira figura, a alavanca, capaz de captar não apenas a explicitação de normas, mas sua transformação estratégica em contextos de conflito. Segundo, deslocamos o foco analítico para experiências históricas concretas, sobretudo antirracistas e anticoloniais, nas quais essas dinâmicas de disputa gramatical podem ser observadas em operação. Esse deslocamento periférico implica também uma reorientação mais ampla do inferencialismo e do expressivismo. Recuamos do espaço de razões abstrato, simétrico e frequentemente idealizado, em direção aos jogos de linguagem encarnados, históricos, conflituosos e atravessados por assimetrias estruturais de poder, em sentido wittgensteiniano. O texto, portanto, não deve ser lido como uma defesa sistemática da filosofia de Brandom, mas como uma ampliação crítica e imanente de seu vocabulário. Reconhecemos limites importantes em seu modelo, sobretudo quando aplicado a contextos em que acesso, autoridade e participação são desigualmente distribuídos. A inflexão periférica proposta aqui consiste precisamente em reinscrever o inferencialismo no terreno material das lutas sociais, onde a definição

para contextos de dominação estrutural, é necessário um passo adicional, estratégico e periférico, no expressivismo e inferencialismo do neopragmatista: a concepção da linguagem como alavanca.

A noção de alavanca gramatical designa a possibilidade de deslocar estruturas normativas amplas mediante a identificação estratégica de fulcros conceitos, ou eixos normativos de jogos de linguagem, e a mobilização de ação coletiva adequada (Silva, 2026a). A analogia com a física é instrumental: pequenas forças, quando aplicadas no ponto apropriado, produzem efeitos grandes, mesmo que as estruturas sejam muito maiores que nós mesmos. No plano normativo, isso significa localizar os eixos inferenciais que sustentam formas de exclusão em nossos jogos de linguagem e intervir sobre eles de modo sistemático e coletivo. O objetivo não é apenas explicitar o conteúdo de conceitos, mas pressionar pela reorganização de critérios públicos de reconhecimento, legitimidade e valor. Grupos minorizados necessitam não apenas de explicitação conceitual, mas de meios e habilidades variadas, individuais e coletivas, para desafiar e alterar a gramática que os subordina. Um inferencialismo e um expressivismo com inflexão periférica podem oferecer instrumentos para tal tarefa.

Para fundamentar essa proposta, retomamos criticamente o inferencialismo semântico e o expressivismo lógico desenvolvidos por Brandom (1994), a partir da herança de Sellars (1997), deslocando-os de um registro predominantemente intelectualista para uma perspectiva periférica e anticolonial. Não se trata de defender o projeto brandomiano em sua forma original, mas de reempregar criticamente suas ferramentas conceituais. Se o significado de um conceito é determinado por seu papel em uma rede de inferências materiais, então disputas em torno de conceitos como “raça”, “mulher”, “normalidade” ou “civilização” são disputas acerca das regras que organizam reconhecimento, valor e exclusão em nossos jogos de linguagem. A contribuição deste artigo consiste em ampliar criticamente esse arcabouço neopragmatista para a análise de lutas emancipatórias em contextos de desigualdade estrutural. Disputar a política é disputar a gramática também.

Esse deslocamento implica também um recuo em relação à centralidade da noção brandomiana de espaço de razões. Aproximamo-nos da ênfase wittgensteiniana na materialidade e historicidade dos jogos de linguagem e em suas certezas fulcrais descritas em *Sobre a Certeza* (Wittgenstein, 1969). Ao mesmo tempo, distanciamo-nos de leituras quietistas

das regras do jogo não é neutra nem compartilhada, mas objeto de disputa. Nesse sentido, imanência não significa autonomia das práticas, mas o reconhecimento de que gramáticas podem estar situadas em relações históricas de dominação e que, por isso mesmo, podem e devem ser contestada.

inspiradas na afirmação de que a filosofia deixa tudo como está (Wittgenstein, 1953, §124). Para sujeitos periféricos situados em contextos de opressão estrutural, a investigação gramatical não pode ter como resultado a manutenção das práticas como elas estão. A explicitação das regras pode estabilizá-las, mas também pode torná-las objeto de contestação. Entre o quietismo e o ceticismo político quanto à possibilidade de transformação, defendemos uma via intervencionista: a reorganização, por meio de pressão coletiva organizada e disciplinada, das redes inferenciais que estruturam formas de vida. Em muitos casos, a filosofia deve disputar a gramática e não deixá-la como está.

Nesse horizonte, distinguimos três noções centrais. A primeira é a de *bootstrapping* inferencial². Este designa, pois, o processo pelo qual regras implícitas são tornadas explícitas enquanto se participa das mesmas práticas que lhes conferem significado. Trata-se de uma técnica expressivista de explicitação de regras enquanto se joga o jogo, capaz de tornar explícita a gramática dos jogos de linguagem e, potencialmente, de pressionar por reconfiguração desde dentro deles, a partir do que já se domina.

A segunda noção é a de alavanca gramatical (Silva, 2026a). Diferentemente da técnica de *bootstrapping* inferencial, que pode ser estruturalmente neutro quanto à orientação política de suas aplicações, as alavancas gramaticais nomeiam intervenções expressivistas situadas e normativamente orientadas em jogos de linguagem. Elas consistem na identificação de fulcros conceituais estratégicos e na mobilização de ação coletiva para bloquear inferências materiais degradantes, preservar articulações vitais e instituir novas conexões normativas. Se o *bootstrapping* inferencial mostra como explicitar a gramática frequentemente difusa de nossos jogos de linguagem, a alavancagem, como estratégia, indica onde e como agir para produzir deslocamentos efetivos em estruturas normativas mais amplas e injustas.

A terceira noção é a de aquilombamento normativo. Inspirada nas leituras de Clóvis Moura (2019; 2022) e Beatriz Nascimento (2021) sobre o histórico Quilombo de Palmares como contra-sociedade, ela designa a criação e defesa de espaços nos quais gramáticas alternativas podem ser vividas e estabilizadas publicamente. O quilombo é reivindicado filosoficamente: é compreendido como paradigma histórico de resistência à violência gramatical. Aquilombar-se normativamente não significa isolamento, mas organização coletiva para sustentar critérios

² Este conceito é proposto como ampliação crítica da noção de *semantic bootstrapping* discutida por autores como Fisher, Jin e Scott (2020), Lidz (2020) e Fulop (2004). Enquanto essas abordagens concentram-se na aquisição de novo vocabulário, com frequência por crianças, enfatizamos a capacidade expressivista de sujeitos e coletivos de explicitar e reorganizar as inferências materiais que estruturam conceitos cotidianos a partir dos jogos que já jogamos em nosso cotidiano.

próprios de reconhecimento, legitimidade e valor. Trata-se de uma técnica de autodeterminação normativa por meio da qual grupos minorizados buscam exercer soberania gramatical, isto é, participar da auto-determinação e preservação coletivas das regras que estruturam seus jogos de linguagem (Silva, 2026a).

Essa perspectiva periférica acerca do expressivismo e do inferencialismo permite reler experiências históricas relevantes de ativismo como o movimento *Black Power* e a atuação política e filosófica de Malcolm X na década de 1960 como disputas por soberania gramatical. Quando Malcolm X, por exemplo, defendia que o homem branco não é o critério pelo qual a igualdade deve ser medida, deslocou o fulcro do conceito de igualdade do jogo de linguagem liberal. A questão não era inclusão sob critérios alheios, mas autodeterminação normativa quanto aos próprios critérios e regras de avaliação. De modo semelhante, ao afirmar *Black is Beautiful* e reivindicar *Black Power*, os Panteras Negras também reorganizaram inferências materiais associadas a fulcros normativos como raça, autoridade e pertencimento de jogos de linguagem injustos. Em nosso neopragmatismo periférico, entendemos que essas intervenções expressivistas não visavam mera assimilação ou ampliação formal de direitos civis, mas reconfiguração dos critérios normativos que estruturavam reconhecimento, legitimidade e exclusão em jogos de linguagem cotidianos.

O artigo organiza-se em três seções. Em *Do Espelho à Lâmpada: Sobre Inferencialismo Semântico e Expressivismo Lógico*, reconstruímos o inferencialismo e o expressivismo de Brandom, enfatizando o caráter material, público e situado das práticas inferenciais. Em *Da Lâmpada à Alavanca: Inferencialismo e Expressivismo Periféricos*, defendemos que lutas emancipatórias também devem ser disputas gramaticais ao incidir em redes de inferências materiais e critérios de legitimidade. Por fim, em *Sobre violência gramatical, alavancas gramaticais e aquilombamento normativo*, argumentamos que formas históricas de opressão podem ser compreendidas como colonização das regras de uma forma de vida, e que resistir exige não apenas explicitação conceitual, mas intervenção coletiva nos fulcros que fixam significado, reconhecimento e quem determina a gramática de nossos jogos de linguagem.

Seção 1. Do espelho à lâmpada: sobre inferencialismo e expressivismo lógico

Pertencer a uma tradição filosófica implica não apenas a adesão a teses determinadas, mas a adoção de um modo específico de formular problemas. Como diagnosticou Rorty (1979), a modernidade filosófica foi amplamente orientada pela imagem do conhecimento em geral, e

da linguagem, em específico, como espelho. Conhecer consistiria em representar corretamente uma realidade independente; compreender um conceito seria apreender sua correspondência com um objeto ou propriedade no mundo. O neopragmatismo de Rorty (1979; 2021) criticou exemplarmente essa imagem representacionista, segundo a qual a tarefa da filosofia seria polir o espelho, eliminando distorções e garantindo máxima fidelidade representacional.

O neopragmatismo desloca esse quadro. Em vez de perguntar quais entidades metafísicas garantem o significado, pergunta-se como conceitos *funcionam* em práticas regradas concretas. Em Brandom (1994), a linguagem deixa de ser concebida como espelho e passa a ser compreendida como instrumento de explicitação normativa. A metáfora da lâmpada amplamente usada pelo autor expressa esse deslocamento: a linguagem não reflete passivamente o mundo, como um espelho; ela ilumina ativamente as normas e inferências materiais que estruturam nossas práticas. O foco da análise desloca-se da relação palavra-mundo para a articulação pública de compromissos, autorizações e critérios de correção.

Essa inflexão normativa está ancorada na herança de Sellars (1997) e é sistematizada por Brandom (1994; 2000; 2008), com desdobramentos em autores como Peregrin (2014). O inferencialismo semântico de Brandom sustenta que compreender o significado de uma expressão linguística não é associá-la mentalmente a um referente, mas *saber usá-la* em uma rede de inferências materiais. Ter significado significa, pois, ocupar um lugar em um sistema de compatibilidades e incompatibilidades materiais, isto é, em um campo estruturado por relações do que se segue do que e do que não se segue do quê. Entender um conceito significa saber usar o conceito e isto implica, por seu turno, saber quais afirmações ele autoriza, quais compromissos ele acarreta ou proíbe e com quais outras afirmações ele é incompatível³.

Exemplos ordinários tornam essa tese inferencialista mais clara. Ao afirmar que hoje é segunda-feira, sabemos que não é domingo. Esse saber não resulta da aplicação de uma regra lógica abstrata, mas do domínio das inferências materiais que articulam o conteúdo do

³ O inferencialismo de Brandom reivindica e estende a tradição lógico-filosófica inaugurada por Gentzen, que já concebia o significado dos conectivos lógicos como determinado por regras inferenciais. Como enfatiza Schroeder-Heister (2024), Gentzen formulou explicitamente a tese segundo a qual o conteúdo semântico dos conectivos é fixado por suas regras de introdução e eliminação. Brandom (1994) amplia esse princípio ao vocabulário ordinário, sustentando que todo conceito depende das inferências materiais que o articulam em práticas públicas. Ao propor a noção de *bootstrapping* inferencial e alavancagem gramatical, radicalizamos esse movimento: não apenas generalizamos o modelo inferencialista para além do vocabulário lógico, mas o estendemos a disputas explícitas contra usos conceituais opressivos. Trata-se, por assim dizer, de generalizar uma generalização, orientando-a para fins emancipatórios.

conceito de dia da semana. Se algo é totalmente verde, sabemos que não pode ser totalmente vermelho. Esse conhecimento não depende de observação empírica constante, mas do domínio das relações de incompatibilidade que articulam os conceitos de cor. Quem insiste que algo pode ser simultaneamente totalmente verde e totalmente vermelho não erra um fato. Ela demonstra não dominar o uso conceito porque não domina as suas relações inferenciais que articulam e fixam o seu significado.

O mesmo pode ser usado para o significado de expressões que designam objetos cotidianos. Saber que algo é uma cadeira implica saber que se pode sentar nele, que não é uma mesa, que não é uma bebida. Saber que algo é um copo de café implica saber que pode conter uma bebida, que pode estar quente, que não é um prato, que não é um dia da semana. Como observa Brandom (1994; 2000), entender um conceito é entender muitos outros conceitos. O significado reside na rede inferencial que organiza esses usos em nossas práticas cotidianas.

Nesse quadro, o vocabulário lógico desempenha uma função específica. Segundo o expressivismo lógico de Brandom (1994; 2000; 2008), conectivos como “e”, “ou”, “não” e “se... então” não introduzem novos conteúdos representacionais a proposições. Eles tornam explícitas relações inferenciais já operantes em nossas práticas. Ao afirmar “Se Sócrates é homem, então é mortal”, não se descobre um novo fato, mas se explicita uma regra que já estrutura o uso dos conceitos envolvidos. Para Brandom, essa função expressivista da linguagem tem caráter formativo e crítico: ao explicitar nossas práticas inferenciais, adquirimos maior consciência de nossos compromissos e, potencialmente, maior capacidade de revisão⁴.

⁴ O potencial transformador dessa prática torna-se particularmente visível no domínio ético-político. O que Sellars (1997) e Brandom (2000) descrevem como método socrático pode ser compreendido como exercício filosófico de explicitação dos compromissos normativos implícitos no uso de nossos conceitos. Inspirado na figura histórica de Sócrates, mas despojado de pressupostos metafísicos, esse procedimento não busca essências ocultas, e sim reconstruir criticamente os critérios públicos que sustentam nossas inferências. Em Brandom (1994), trata-se de identificar os compromissos implicados no emprego de um conceito, explorar suas consequências e, diante de incoerências ou impasses normativos, reorganizar o campo conceitual. Contudo, tanto em Sellars quanto em Brandom, esse gesto permanece predominantemente voltado à coerência inferencial e à responsabilidade discursiva em comunidades de adultos humanos já relativamente estabilizadas. Nossa proposta neopragmatista periférica desloca esse horizonte ao situar a explicitação no interior de contextos marcados por violência gramatical e colonialidade. O problema não é apenas incoerência conceitual, mas a imposição histórica de critérios alheios que distribuem autoridade, humanidade e legitimidade de modo desigual. A inovação aqui defendida consiste em explicitamente politizar o método expressivista: não apenas tornar explícitos compromissos, mas identificar fulcros normativos capturados por regimes de dominação e intervir neles coletivamente com vistas à soberania gramatical. Se o método socrático brandomiano visa clarificação e reconstrução, o expressivismo periférico acrescenta a tarefa de descolonização das regras que organizam o campo do sentido.

Esse deslocamento não elimina o mundo nem a referência. As práticas inferenciais são modos de nos relacionarmos com objetos e com outros agentes. Dados empíricos podem pressionar redes conceituais e exigir revisões. O ponto central é que nossa relação com fatos e objetos é mediada por critérios de aplicação e por inferências materialmente instituídas. A objetividade, nesse modelo, é normativa e prática. Ela emerge de padrões públicos de correção que podem ser exigidos, contestados e transformados (Brandom, 1994). Uma lição wittgensteiniana é que significado é uso⁵. Uma lição brandomiana adicional é que esse uso é inferencialmente articulado. Não compreender as inferências materiais que estruturam um conceito equivale a não compreendê-la e, em termos neopragmatistas, a não saber utilizá-lo adequadamente.

A distinção entre inferências formais e materiais, enfatizada por Brandom (1994; 2008), clarifica esse ponto. Inferências formais dependem exclusivamente da estrutura lógica dos enunciados. Inferências materiais dependem do conteúdo conceitual e das práticas que lhe conferem significado. Saber que algo totalmente verde não pode ser totalmente vermelho não exige aparato lógico sofisticado, mas domínio das inferências materiais que articulam os conceitos envolvidos. Dominar um conceito é saber navegar nesse campo de consequências e incompatibilidades.

Essa reconstrução inferencialista e expressivista da linguagem revela, contudo, uma questão decisiva quando passamos de conceitos relativamente estáveis, como “segunda-feira”, “vermelho” ou “cadeira”, para conceitos sociais e políticos como “mulher”, “raça” ou “normalidade”. Nesses casos, as redes inferenciais não são neutras, mas historicamente marcadas por hierarquias coloniais, racistas e patriarcais. Em alguns jogos de linguagem,

⁵ As *investigações gramaticais* de Wittgenstein podem ser compreendidas como uma forma peculiar de expressivismo. Em vez de propor teorias substantivas sobre entidades metafísicas, Wittgenstein dedica-se a explicitar a lógica ou gramática que articula o significado de nossos jogos de linguagem. Em *Sobre a Certeza*, por exemplo, sua análise das proposições que funcionam como “dobradiças” não visa fundamentar o conhecimento, mas tornar visíveis as regras que estruturam o que conta como dúvida, evidência ou justificação. Trata-se de conter os avanços do metafísico na gramática, isto é, impedir que imagens teóricas se imponham como descrições necessárias da realidade quando, na verdade, operam como regras contingentes de uso. A crítica ao enfeitamento (*Verhexung*) da linguagem, formulada nas *Investigações Filosóficas* (§109), aponta precisamente para essa tarefa terapêutica: dissolver a sedução exercida por quadros metafísicos que capturam o pensamento ao se apresentarem como inevitáveis. O neopragmatismo periférico aqui defendido retoma essa dimensão expressivista, mas a amplia politicamente. O problema não é apenas a metafísica enquanto tal, mas a metafísica investida de poder institucional, colonial e econômico, capaz de impor sua gramática como universal. O problema é menos o metafísico, mas o metafísico com poder. Não basta, portanto, libertar-se de confusões conceituais; é preciso enfrentar a predação gramatical exercida por sistemas normativos que se apresentam como naturais e neutros enquanto subordinam outras formas de vida. Se Wittgenstein buscou conter a infiltração metafísica na gramática, o desafio do periférico é conter e reverter a violência gramatical produzida por metafísicas com poder. A emancipação não é apenas terapêutica, mas coletiva e normativa: trata-se de disputar a gramática e reorganizar as regras que estruturam reconhecimento, legitimidade e valor.

quando alguém afirma que “mulher é definida por determinada configuração anatômica”, não apenas tenta descrever um suposto fato biológico, mas explicita uma regra que fixa critérios de inclusão e exclusão em práticas sociais. A resistência normativa em revisar tal regra diante de contraexemplos, como por exemplo, “a pessoa trans é mulher e não tem esta configuração anatômica”, sugere que ela opera como princípio constitutivo do jogo de linguagem em questão e não como uma descrição de um estado de coisas. A análise inferencialista, ao iluminar essas regras, deve tornar explícita a dimensão normativa que organiza o significado dos conceitos e, portanto, orienta tais disputas.

Chamamos de resistência normativa o fenômeno pelo qual uma proposição, quando confrontada com dados empíricos recalcitrantes, não é falsificada, ou abandonada, mas reafirmada, indicando que opera como regra e não como hipótese descritiva. Nessas circunstâncias, a proposição funciona como fulcro prático de um jogo de linguagem, isto é, como eixo normativo cuja negação é tratada como absurda ou ilegítima⁶. Wittgenstein (1969, §§94–99) descreve fenômenos análogos ao tratar de certezas que estruturam uma imagem de mundo. A noção de resistência normativa permite distinguir regras de uso conceitual de descrições empíricas ordinárias. Se é comum afirmar que contra fatos não há argumentos, o diagnóstico neopragmatista aqui proposto inverte a fórmula: contra normas frequentemente não há fatos, pois são as normas que determinam o que conta como fato. Apenas outra normatividade parece ser capaz de desafiar efetivamente uma norma estabelecida.

⁶ A noção de resistência normativa pode ser articulada à discussão wittgensteiniana sobre *Maßstäbe* (régua ou padrões de medida). Quando uma proposição resiste à refutação empírica e é reiterada diante de contraexemplos, ela não opera como hipótese sujeita à falsificação, mas como padrão pelo qual algo é avaliado. Nesses casos, a proposição não mede o mundo como descrição contingente; ela fixa a medida pela qual outras proposições são julgadas. A partir de 1929, sobretudo diante de dificuldades relativas à necessidade lógica e à exclusão, como no caso das cores, Wittgenstein desloca a metáfora de *Maßstab* para o centro de sua reflexão normativa. Como mostra Silva (2023), *Maßstäbe* não são apenas instrumentos físicos de medição, mas critérios abstratos que estruturam e orientam práticas de avaliação. Compreender a resistência normativa à luz dessa metáfora esclarece por que certas proposições não cedem à evidência empírica: elas funcionam como regras que determinam o que contará como evidência pertinente. Essa linha de análise encontra continuidade em *Sobre a Certeza*. Ali, Wittgenstein introduz a metáfora do leito do rio para descrever a dinâmica entre proposições empíricas e proposições que funcionam como dobradiças normativas. “A mitologia pode voltar a um estado de fluxo; o leito do rio dos pensamentos pode mudar. Mas eu distingo entre o movimento das águas sobre o leito do rio e a mudança do próprio leito; embora não haja uma divisão nítida entre um e outro” (Wittgenstein, 1969, §97, minha tradução). Em outro momento, afirma que certas proposições podem funcionar ora como objeto de verificação, ora como método de verificação: “Poder-se-ia imaginar que algumas proposições, na forma de proposições empíricas, se endurecessem e funcionassem como canais para aquelas proposições empíricas que não se endureceram, mas permanecem fluidas; e que essa relação se alterasse com o tempo, de modo que proposições fluidas se tornassem rígidas, e as rígidas se tornassem fluidas” (§96, minha tradução). A resistência normativa à falsificação empírica, portanto, não é anomalia externa ao sistema, mas traço estrutural da gramática: o que hoje é método de verificação pode amanhã tornar-se objeto de verificação, e vice-versa.

Quando passamos de conceitos relativamente estáveis, como “sábado”, “vermelho” ou “cadeira”, para conceitos mais políticos e densos inferencialmente, ou seja, com mais ligações inferenciais com muitos outros, e, portanto, mais inertes normativamente, como “mulher”, “raça” ou “normal”, a análise inferencialista adquire maior complexidade. Nesses casos, as redes de inferências materiais não apenas organizam classificações cotidianas, mas distribuem reconhecimento, autoridade, pertencimento e exclusão. Atribuir a alguém o predicado “normal”, “desviante”, “mulher de verdade” ou “raça inferior” ativa cadeias inferenciais que estruturam critérios de inclusão institucional, acesso a direitos e credibilidade pública. Diferentemente dos exemplos triviais, esses conceitos participam diretamente da organização de hierarquias sociais em estruturas históricas e hegemônicas de dominação e subjugação.

Isso evidencia que práticas conceituais são materialmente situadas. Elas não são entidades mentais isoladas nem estruturas transcendentais. Estão incorporadas em instituições jurídicas, protocolos médicos, políticas públicas, rotinas escolares, interações cotidianas etc. Jogos de linguagem, nesse sentido, são materiais também: organizam e são organizados por arranjos históricos, sociais e econômicos. O conceito de “normalidade” opera em laudos psiquiátricos, avaliações educacionais e critérios laborais também. O conceito de “raça” atravessa estatísticas criminais, práticas de policiamento, restrição de acesso a recursos e dinâmicas de contratação. O conceito de “mulher” estrutura registros civis, normas jurídicas, salários desiguais e protocolos clínicos.

O trabalho expressivista consiste em tornar explícitas as inferências materiais que já orientam essas práticas. Quando se afirma que “mulher é definida por determinada configuração anatômica”, articula-se uma regra que fixa critérios de inclusão e exclusão em múltiplos domínios institucionais. Quando se presume que “normal” implica produtividade contínua ou conformidade comportamental, mobiliza-se uma rede inferencial que legitima exclusões específicas. Explicitar essas conexões inferenciais é extrair regras difusas, mas emaranhadas em nossas práticas cotidianas, que orientam decisões e expectativas.

Esse procedimento expressivista constitui o primeiro passo para compreender como conceitos são estabilizados e eventualmente transformados. O inferencialismo e o expressivismo, assim entendidos, não são apenas teorias abstratas da semântica, mas instrumentos analíticos para examinar como significados se consolidam institucionalmente, como resistem a pressões empíricas e como podem ser rearticulados. Tornar uma regra explícita é torná-la identificável como regra e, portanto, suscetível de contestação.

Contudo, quando redes inferenciais sustentam formas sistemáticas de dominação, a mera explicitação mostra seus limites. A lâmpada de Brandom não é suficiente. Conceitos centrais são frequentemente protegidos por certezas fulcrais que estruturam o que conta como evidência e o que pode ser reconhecido como contraexemplo. Diante de dados dissonantes, a regra pode ser preservada por meio da desqualificação do caso particular. É nesse sentido que a resistência normativa se manifesta. A explicitação pode revelar o mecanismo, mas não o altera automaticamente. Se o significado depende das inferências materiais que articulam um conceito, então disputas conceituais não se reduzem a trocas terminológicas. O que está em jogo não é apenas o nome atribuído, mas a gramática que fixa critérios de aplicação, autoriza inferências e mantém exclusões. A substituição de um rótulo pode deixar intacta a rede inferencial subjacente.

É nesse ponto que se impõe a transição analítica para a noção de alavanca, porque precisamos intervir na gramática em vários casos, e não só explicitá-la. Se a lâmpada expressivista ilumina as regras, permanece em aberto a questão de como reorganizá-las quando estruturam formas de exclusão persistente. A seção seguinte desenvolve essa inflexão, argumentando que a análise inferencialista deve ser complementada por um modelo de intervenção normativa capaz de identificar fulcros estratégicos e de orientar deslocamentos efetivos nas redes que organizam reconhecimento, valor e legitimidade (Silva, 2026).

Seção 2. Da lâmpada à alavanca: inferencialismo e expressivismo periféricos

Esta seção examina uma dificuldade recorrente em algumas disputas públicas contemporâneas: a tendência de disputar nomes sem alterar a gramática que os sustenta. Se o significado de um conceito é constituído por sua gramática, ou seja, pelas inferências materiais e regras que organizam seu uso, então a liberdade normativa de um grupo deve também depender da capacidade de participar da determinação dessas inferências. Pode-se afirmar, nesse sentido, que só pode ser livre o povo que determina a sua própria gramática.

O deslocamento neopragmatista da imagem do espelho para a metáfora da lâmpada, tal como formulado por Rorty (1979) e desenvolvido por Brandom (1994), representou uma inflexão normativa decisiva. Ao abandonar a concepção da linguagem como espelho da natureza, desloca-se o foco da correspondência representacional para a explicitação das normas que estruturam nossas práticas. A linguagem deixa de ser concebida como meio de refletir passivamente uma realidade previamente dada e passa a ser entendida como prática

expressivista que torna explícitas compromissos, autorizações e incompatibilidades implícitos em nossos jogos de linguagem. Esse movimento já implica uma transformação substantiva na maneira de compreender significado e objetividade.

Para grupos minorizados, a lâmpada não é suficiente. Tornar explícitas as regras que organizam o racismo, o patriarcado ou a colonialidade em nossos jogos de linguagem é condição necessária, mas não garante sua alteração. A explicitação revela a engrenagem normativa, mas não a desloca automaticamente. Gramáticas opressivas podem continuar a operar mesmo quando suas estruturas inferenciais são plenamente conhecidas e explicitadas. Por isso, é necessário avançar da metáfora da iluminação para a da intervenção.

Se, conforme Sellars (1997) e Brandom (1994; 2008), o significado é constituído por inferências materiais, disputas conceituais não são primariamente disputas sobre palavras, mas sobre redes normativas de inferências. Saber o que um conceito significa é saber o que se segue de sua aplicação, quais compromissos ele impõe, quais inferências materiais ele autoriza e quais exclusões ele produz. A gramática de um conceito, ou seja, o sistema de regras que articulam seu uso, e portanto, seu significado, não se reduz a definições explícitas, mas consiste em uma trama historicamente sedimentada, e por isto, contingente, de compatibilidades e incompatibilidades que exerce força normativa sobre falantes, instituições e práticas sociais.

Como vimos, inferências materiais dependem do conteúdo conceitual e das práticas que o sustentam. Quando alguém infere que, se é mulher, então possui determinada configuração anatômica, ou que, se é negro, então é perigoso ou inferior, não está apenas descrevendo um estado de coisas nem aplicando uma regra lógica formal. Está ativando inferências sedimentadas em histórias patriarcais e coloniais. Nessas situações, a rede inferencial não organiza apenas classificações ordinárias, mas distribui reconhecimento, valor, autoridade e exclusão.

É nesse ponto que se revela a armadilha de muitas disputas públicas. Substitui-se um termo considerado ofensivo por outro aparentemente neutro, mas mantêm-se intactas as inferências materiais que organizam a hierarquia subjacente. A mudança de rótulo pode preservar a gramática. O problema não reside apenas na palavra utilizada, mas no que se segue (ou não se segue) de sua aplicação.

Debates contemporâneos ilustram essa diferença. A substituição de “crime passionnal” por “feminicídio” não é mera alteração terminológica. “Crime passionnal” ativa inferências materiais de descontrole emocional e excepcionalidade. “Feminicídio” reinsere o ato em uma rede inferencial que o vincula a estruturas sistemáticas de desigualdade. A força normativa do novo termo não decorre de sua sonoridade, mas das inferências materiais que bloqueia e das que introduz ou permite.

O mesmo ocorre em disputas acerca do conceito de mulher. Insistir que mulher implica necessariamente determinada configuração anatômica equivale a explicitar uma regra de aplicação. Diante de contraexemplos, a recusa em revisar essa regra indica que ela funciona como eixo normativo e não como hipótese empírica revisável. A resistência normativa à falsificação por contra-exemplos mostra que a questão é gramatical: trata-se de redefinir publicamente critérios de pertencimento e de reorganizar a rede de inferências que estrutura o conceito.

Nesse contexto, introduzimos a noção de *bootstrapping* inferencial. O termo designa a técnica expressivista pelo qual agentes e coletivos, a partir de recursos já disponíveis em seus jogos de linguagem ou práticas regradas cotidianas, tornam explícitas as inferências que fixam o significado de seus conceitos. Trata-se de uma técnica expressivista de explicitação de regras enquanto se participa do jogo de linguagem. O *bootstrapping* inferencial opera de modo imanente: não apela a fundamentos externos, mas extrai regras implícitas, explicita incompatibilidades e reorganiza compromissos normativos a partir das próprias práticas em curso.

Essa habilidade de explicitação é condição para qualquer transformação ulterior. Contudo, permanece a questão de como intervir nas redes inferenciais quando estas sustentam formas persistentes de dominação e injustiça. É essa passagem da explicitação à intervenção que orientará o desenvolvimento subsequente da noção de alavanca gramatical (Silva, 2026a; 2026b).

É necessário, contudo, evitar duas leituras equivocadas do percurso até aqui traçado. A primeira é a leitura quietista, segundo a qual a investigação gramatical deveria limitar-se a descrever jogos de linguagem tal como se apresentam. Tornar explícitas regras, entretanto, não é um gesto neutro. A explicitação pode alterar o campo de responsabilidades públicas, redistribuir compromissos e abrir espaço para contestação. A segunda é a leitura pessimista, segundo a qual desacordos gramaticais seriam intratáveis por envolverem formas de vida

incomensuráveis, como sugeriu Fogelin (1985). Mesmo desacordos radicais, porém, compartilham zonas de contato normativo. É precisamente nessas zonas em que as intervenções podem (e devem) operar.

O *bootstrapping* inferencial, entendido como técnica expressivista de explicitação das inferências materiais de um jogo de linguagem enquanto se participa dele, é estruturalmente neutro. Um gramático do português brasileiro pode sistematizar as regras dos usos difusos de dêiticos e demonstrativos sem intervir nas práticas que descreve. Um lógico pode explicitar as inferências implícitas de negação ou disjunção em nossos jogos de linguagem cotidianos e formalizá-las em sistemas abstratos, sem pretender modificar o uso ordinário (Silva, 2026b). Em ambos os casos, o *bootstrapping* inferencial esclarece e organiza inferências já operantes, mas não assume necessariamente um horizonte político de transformação.

Contudo, a explicitação pode, em certos contextos, reforçar gramáticas opressivas ou contribuir para sua desestabilização. Quando as redes inferenciais estruturam formas persistentes de exclusão, a neutralidade estrutural do *bootstrapping* revela seus limites. Para grupos minorizados, não basta iluminar e reorganizar inferências de modo difuso. É preciso identificar fulcros estratégicos, selecionar instrumentos adequados e mobilizar força coletiva capaz de deslocar estruturas normativas muito maiores do que agentes individuais, como o racismo, o patriarcado e a colonialidade (Silva, 2026a).

A noção de alavanca gramatical designa essa intervenção estratégica sobre pontos fulcrais de uma rede inferencial. Diferentemente do *bootstrapping*, a alavanca como técnica expressivista possui orientação explicitamente emancipatória. Ela não é externa à prática, mas incide sobre seus próprios eixos organizadores, bloqueando inferências materiais degradantes e introduzindo novas articulações capazes de deslocar o conjunto. Se o *bootstrapping* inferencial aponta para a possibilidade de explicitar regras desde dentro dos jogos, a alavanca gramatical indica onde agir para produzir deslocamentos cujo efeito ultrapassa a força inicialmente empregada.

Assim, a passagem do espelho à lâmpada permite reconhecer que disputas conceituais são disputas sobre regras de uso e sobre os compromissos distribuídos por um jogo de linguagem. Para grupos minorizados, contudo, esse diagnóstico permanece insuficiente se restrito ao plano da explicitação. A violência gramatical se reproduz porque certas inferências continuam autorizadas e certas incompatibilidades permanecem invisíveis, mesmo quando

expressas com clareza (Praxedes e Silva, 2025; Santana e Silva, 2025). Por isso, a metáfora da lâmpada precisa ser complementada pela da alavanca.

A diferença pode ser formulada com precisão. O *bootstrapping* inferencial nomeia o mecanismo geral de explicitação imanente: a capacidade de extrair e tornar explícitas inferências já operantes em uma prática regrada. A alavanca gramatical, por sua vez, refere-se à intervenção estratégica que seleciona pontos de incidência. Supõe localizar o fulcro de um jogo de linguagem injusto, escolher o instrumento adequado e mobilizar a força coletiva necessária para mover estruturas normativas densas. Racismo, patriarcado e colonialidade são estruturas muito grandes porque estão ancoradas em certezas tácitas e critérios públicos com muita densidade inferencial⁷ e inércia normativa, que, portanto, estabilizam o que conta como humano, normal, racional e legítimo. Intervir exige incidir sobre esses pontos fulcrais.

Aqui seguimos o modelo de três modalidades de alavancas gramaticais (Silva, 2026a), entendidas como estratégias combináveis de intervenção sobre redes inferenciais, ou gramáticas diversas.

A primeira modalidade de intervenção é a alavanca gramatical interfixa. Ela atua no interior do mesmo jogo de linguagem, deslocando o papel inferencial de conceitos centrais. O nome e o vocabulário permanecem, mas as inferências materiais que se seguem de seu uso são reorientadas. Reapropriações e inversões públicas podem operar desse modo quando conseguem bloquear inferências materiais degradantes e instituir inferências de dignidade, orgulho e agência. A evocação de Zumbi dos Palmares como símbolo de soberania, a recusa de Malcolm X em aceitar o branco como medida universal de igualdade e a retórica de Fred Hampton no Partido dos Panteras Negras ilustram intervenções interfixas: o vocabulário permanece, mas o que se segue de “negro”, “igualdade” ou “poder” é disputado e reconfigurado.

A segunda classe de intervenções é a alavanca gramatical inter-resistente. Ela atua no nível comunitário e institucional, criando infraestruturas materiais de significado. Aqui, a intervenção não se limita à reformulação inferencial em *slogans* de agitação, mas envolve estabilização de novas regras de uso em práticas compartilhadas, como por exemplo, em pedagogias, organizações políticas, redes de cuidado, formas de autodefesa coletiva etc. Trata-se de instituir ambientes normativos nos quais uma gramática alternativa pode ser

⁷ Ver Silva (2019) para uma discussão acerca deste conceito de densidade inferencial com chave de interpretação do assim chamado Wittgenstein intermediário em uma chave conceitual inferencialista.

vivida e transmitida. Essa modalidade é central para pensar a possibilidade de aquilombamento normativo⁸: não como isolamento de grupos minorizados, mas como criação de condições materiais para disputar, de modo sustentado, os critérios públicos de legitimidade.

A terceira é a alavanca interpotente. Ela opera no plano das epifanias gramaticais e das reversões afetivas (Silva, 2026a). Nas *Investigações Filosóficas* §109, Wittgenstein descreve o modo como certas imagens exercem um enfeitiçamento sobre o pensamento. A noção de *Verhexung* ajuda a compreender como hierarquias se naturalizam por meio de inferências implícitas. Conceitos como *racismo estrutural* tornam explícito e disputável o enfeitiçamento gramatical do racismo, reabrindo o espaço para sua contestação em outros níveis que não só o da injúria individual. A alavanca interpotente consiste, pois, na reorientação de eixos afetivos que sustentavam a obediência a uma gramática injusta. Fórmulas como *Black is Beautiful*, associadas a Malcolm X e ao Partido dos Panteras Negras, materializam a pressão por reversão gramatical do cativo normativo de uma imagem, ou melhor, de uma gramática que nos mantém cativos: a vergonha imposta deve ser alavancada em orgulho político, e o padrão supostamente universal deve reinscrito como particularidade contingente.

Essas modalidades não operam isoladamente. Intervenções interfixas podem abrir caminho para consolidações inter-resistentes, que por sua vez sustentam reversões interpotentes. Do mesmo modo, deslocamentos afetivos interpotentes podem fornecer energia para organização comunitária. A transformação gramatical depende da coordenação entre explicitação de regras, disputa de critérios e autodeterminação coletiva de novas práticas de reconhecimento⁹.

⁸ Voltaremos a este conceito na terceira seção deste trabalho.

⁹ Uma objeção previsível a esta proposta consiste em perguntar se a técnica de alavancagem gramatical poderia igualmente servir a projetos autoritários ou de extrema direita. Em outros termos, a alavanca pode ser usada para organizar supremacismos e mobilizar gramáticas de exclusão contra minorias étnicas e políticas? A resposta honesta é afirmativa. Não apenas pode, como já é. Parte do êxito nestas duas últimas décadas de movimentos de extrema direita parece menos depender da verdade ou falsidade de proposições isoladas do que da capacidade de reorganizar gramáticas públicas: inserir sujeitos em imagens de mundo reacionárias por meio de mídias digitais, poder econômico, instrumentalização institucional e abuso sistemático de autoridade. Trata-se de intervenções sobre fulcros normativos que redefinem o que conta como ameaça, tradição, liberdade ou povo. Sou cético quanto à possibilidade de uma garantia filosófica última contra esse uso. Uma lição wittgensteiniana é que nenhuma regra contém em si mesma a sua aplicação correta, e nenhum instrumento assegura previamente o modo como será empregado. A alavanca gramatical, como qualquer técnica normativa, não carrega embutido um critério interno que impeça sua captura por projetos injustos. O que ofereço é a explicitação de um processo estrutural de intervenção nas regras que articulam o significado dos jogos de linguagem. Esse processo é politicamente ambivalente e já foi mobilizado por diferentes forças históricas.

Esse quadro prepara o passo seguinte. Se alavancas gramaticais são técnicas de intervenção sobre fulcros normativos de jogos de linguagem, é necessário examinar como a dominação gramatical fixa seus eixos e como comunidades periféricas aprenderam, historicamente, a deslocá-los. Wittgenstein mobilizou metáforas mecânicas, como eixos, fulcros e dobradiças, em *Sobre a Certeza*. Ampliamos esse vocabulário para o campo das lutas emancipatórias. A próxima seção examinará a violência gramatical e o colonialismo como colonização da gramática de uma forma de vida, analisando exemplos históricos de alavancas interfixas, inter-resistentes e interpotentes ao reivindicar experiências históricas importantes como a de Palmares, na leitura de Clóvis Moura (2019; 2022) e a atuação política e coletiva de Malcolm X e do Partido dos Panteras Negras.

Seção 3. Sobre violência gramatical, alavancas gramaticais e aquilombamento normativo

Defendemos, nesta seção, que o colonialismo deve ser compreendido não apenas como dominação territorial, econômica ou estatal, mas como regime predador de gramáticas, isto é, como um conjunto sistemático de procedimentos de violência gramatical e de extermínio normativo de formas de vidas autóctones. A colonização não se limita à ocupação de terras, à exploração de corpos ou à extração de recursos. Ela envolve também a imposição material, simbólica, afetiva e normativa de uma gramática sobre outra. Predar uma forma de vida inclui predação o sistema de regras e de inferências materiais que organizam seus jogos de linguagem mais cotidianos.

Se, com Sellars (1997) e Brandom (1994; 2000; 2008), compreendemos que o conteúdo conceitual é constituído por inferências materiais estabilizadas em práticas normativas públicas, então colonizar implica também impor inferências exógenas a uma forma de vida. Pode-se colonizar uma gramática porque ela opera como sistema de regras que organiza, de antemão, o que conta como humano, racional, civilizado, normal, verdadeiro e possível. Assenhorar-se dessas regras significa assumir o controle dos critérios pelos quais uma comunidade pode reconhecer a si mesma e ser reconhecida.

O colonialismo, nesse sentido, atua como supremacismo gramatical. Ele sobrepõe um sistema de regras e inferências materiais a outro e o declara universal, superior e normativamente vinculante. Binômios como selvagem e civilizado, bestial e racional, animal

Assumi-lo desde uma perspectiva periférica significa reconhecer tanto seu potencial emancipatório quanto o risco permanente de sua apropriação por formas renovadas de dominação.

e humano, primitivo e civilizado não funcionam apenas como descrições, mas como dispositivos inferenciais que autorizam exploração, subjugação e extermínio. Quando tais pares são impostos como gramática dominante, produzem uma arquitetura normativa que legitima a violência física, territorial e psicológica.

Essa imposição de uma gramática a uma forma de vida não é abstrata. Ela se manifesta na imposição e treinamento de cadeias inferenciais específicas: se é rio, não é vivo; se é morto, está no céu e não na terra; se é Deus, não está no corpo, mas no espírito; se é nudez, é bestialidade; se não é cruz, é demônio; se é natureza, é recurso; se não é homem ou mulher, é degeneração; se é animal não humano, não tem sentimentos e nem inteligência; se é floresta, é matéria extensa disponível à exploração. Este tipo de conexões inferenciais não são meras crenças isoladas. Estas associações compõem um sistema inferencial que reorganiza o campo do sentido e desqualifica formas de vida alternativas ou não-hegemônicas.

Colonizar, portanto, é também humilhar e predar as regras de reconhecimento, legitimidade e valor de uma comunidade vilipendiada. É desautorizar seus critérios internos e substituí-los por outros que passam a definir o que conta como conhecimento, moralidade e humanidade. O massacre territorial e econômico é acompanhado por um massacre normativo: a aniquilação gradual de uma gramática autóctone. Exterminar indivíduos e culturas implica também destruir ou subordinar a normatividade que articulava seus jogos de linguagem. É um processo de avassalamento gramatical, de subserviência a uma gramática predadora exógena.

Chamamos de violência gramatical esse modo de dominação que não atua apenas por coerção explícita, mas pela imposição de uma arquitetura inferencial que distribui autoridade e inferiorização antes mesmo de qualquer debate. Nessa arquitetura, certas transições inferenciais tornam-se óbvias: Europa se ligam inferencialmente à universalidade e razão; povos colonizados se ligam inferencialmente à particularidade e ao atraso; o branco se liga inferencialmente à neutralidade e à humanidade plena; o não branco se associa inferencialmente à mácula e suspeita. A violência gramatical reside na naturalização dessas transições inferenciais, reforçada material e simbolicamente por várias gerações, produzindo danos normativos, psicológicos e coletivos muitas vezes irreversíveis (Praxedes e Silva, 2025;

Santana e Silva, 2025). A hierarquia aparece como descrição neutra do mundo, e a exclusão como simples consequência do que supostamente é¹⁰.

Como vimos, esse diagnóstico do nosso neopragmatismo periférico exige recusar duas tentações. A primeira é o quietismo expressivista que transforma a investigação gramatical em descrição inofensiva. Tornar explícita uma regra não é deixar tudo como está. É expor seu caráter contingente e, portanto, disputável. A segunda é o pessimismo que toma a profundidade do conflito gramatical como prova de sua intratabilidade. O fato de o embate ocorrer no nível dos critérios e das certezas fulcrais não o torna impossível, mas indica que a disputa deve incidir sobre os eixos normativos, nos fulcros conceituais, que estruturam o campo do sentido.

Nesse contexto, a metáfora da lâmpada mostra novamente seus limites. Iluminar a gramática dominante é condição necessária, mas não suficiente quando essa gramática opera como cativo normativo e é sustentada por dispositivos materiais e afetivos que reproduzem a dominação. Para grupos minorizados, o que se requer é alavanca. Ela exige localizar o fulcro correto, selecionar o instrumento adequado e mobilizar força coletiva capaz de mover estruturas normativas desproporcionais. Racismo, patriarcado e colonialidade são cargas extensas porque estão também ancoradas em certezas tácitas e critérios públicos que estabilizam e fulcralizam as regras do jogo.

Essa diferença esclarece por que certas lutas políticas não devem se reduzir à negociação de direitos civis nem à integração em instituições existentes. Em contextos coloniais e pós-coloniais, a inclusão pode significar aceitação sob critérios que permanecem definidos pelo dominador. Reconhecimento, nessas condições, preserva intacta a régua do senhor. A disputa é, então, por soberania gramatical: pelo poder coletivo de autodeterminação coletiva, ou seja, de participar da definição dos critérios pelos quais sua forma de vida será julgada, medida e governada. Livre é a comunidade que pode determinar sua própria gramática.

¹⁰ Os conceitos de violência gramatical e sedução ou enfeitamento gramatical (*Verbexung*) não são excludentes. Ao contrário, podem operar de modo combinado e mutuamente potencializador. A violência gramatical refere-se à predação material, afetiva e normativa de uma arquitetura inferencial que distribui reconhecimento, valor e exclusão de forma hierárquica. Já o enfeitamento gramatical, em chave wittgensteiniana, diz respeito ao modo como certas imagens, metáforas e quadros conceituais capturam o pensamento e naturalizam essas hierarquias, fazendo-as parecer inevitáveis ou neutras. Em muitos contextos históricos, a dominação combina coerção e sedução: impõe regras e, simultaneamente, torna-as desejáveis, óbvias ou moralmente superiores. A gramática pode simultaneamente cativar e ser cativo. A investigação detalhada da dinâmica filosófica, social e histórica entre violência e enfeitamento gramaticais – incluindo seus mecanismos institucionais, afetivos e midiáticos – excede o escopo deste trabalho, mas constitui agenda relevante para desenvolvimentos futuros neste giro gramatical na política que propomos.

Soberania gramatical significa também o bloqueio do processo histórico de avassalamento gramatical de grupos minorizados.

O Quilombo dos Palmares, na leitura de Clóvis Moura (2019; 2022), fornece um paradigma histórico de soberania gramatical. Palmares não foi refúgio improvisado, mas negação organizada da gramática colonial da escravidão. Ali se instituíram regras próprias de autoridade, pertencimento, economia e autodefesa, enraizadas em práticas coletivas que bloqueavam elementos centrais da gramática cartesiana e colonial: o individualismo abstrato, a separação rígida entre mente e corpo, a desvalorização da tradição, da ancestralidade e da relação com a natureza. Em seu lugar, afirmavam-se critérios normativos ancorados no território, no corpo vivido, na memória coletiva e na interdependência. Trata-se, ao mesmo tempo, de um bloqueio ativo do avassalamento gramatical imposto pelo colonialismo e pelo supremacismo branco europeu: recusa de submeter-se a uma gramática que apequena, inferioriza e humilha, e afirmação de uma outra medida do humano. Se compreendemos a colonização como captura gramatical, Palmares pode ser interpretado como aquilombamento normativo em sentido forte: a criação de um espaço em que uma contra-gramática é vivida, protegida e transmitida, não como assimilação ou conciliação, mas como autodeterminação sobre o que conta como vida humana digna.

Em nosso inferencialismo e expressivismo periféricos, reivindicar filosoficamente a experiência histórica do Quilombo Palmares como contra-gramática não se funda em idealizações de harmonia quietista, mas no reconhecimento explícito de assimetrias materiais e normativas. Palmares emerge como resposta à violência de um regime que convertia pessoas em recurso, restringia acesso, monopolizava poder e organizava a inferiorização sistemática de populações negras. Reconhecer-se como alvo de um sistema supremacista implica recusar a ilusão de neutralidade e abandonar a expectativa de negociação simétrica com estruturas que operam a partir da negação da própria humanidade do outro. Nesse contexto, a soberania gramatical exige práticas coletivas de autoproteção, autodefesa e autogoverno. Não se trata de integração nem de assimilacionismo, mas de organização estratégica, disciplinada e situada, capaz de sustentar formas de vida próprias e impedir a captura e a submissão a gramáticas opressoras. Palmares exemplifica, assim, não apenas resistência, mas a construção sagaz e coletiva de um outro regime de sentido, capaz de desafiar, interromper e ameaçar o avanço da violência gramatical colonial.

A partir desse enquadramento, torna-se possível analisar outras experiências históricas de deslocamento de fulcros coloniais e raciais como formas de alavancagem gramatical. É a

essas modalidades concretas de intervenção que a sequência da seção se dedicará, examinando como a soberania gramatical foi praticada em outras lutas antirracistas.

Esse mesmo núcleo analítico torna-se visível nas lutas negras estadunidenses dos anos 1960 quando lidas para além do clichê da “resistência armada”. Reduzir Malcolm X ou o Partido dos Panteras Negras ao uso da força ou apologia da violência obscurece o aspecto decisivo de suas intervenções. O que está em jogo não é apenas mudança de políticas públicas, mas deslocamento dos fulcros normativos que estruturavam o significado de “igualdade”, “justiça”, “liberdade”, “violência” e “cidadania” sob um padrão branco. Exercer soberania gramatical aqui significa exercer um conjunto de técnicas de resistência e reversão aplicadas a um jogo de linguagem supremacista para explicitar, resistir, disputar e transformar uma gramática predatória. Nesse sentido, Malcolm X pode ser compreendido como um martelo gramatical.

A metáfora do martelo é elucidativa porque admite diferentes funções de alavanca. Um martelo pode fixar um prego, pode quebrar uma estrutura rígida ou pode extrair um prego cravado que fere a superfície. Analogamente, a intervenção de Malcolm X articula as três modalidades de alavanca gramatical. Ele desloca inferências materiais dentro do mesmo jogo de linguagem, atua para construir condições coletivas para sustentar novas regras e promove reversões afetivas que dificultam o retorno ao enfeitamento gramatical anterior. Em cada uma dessas dimensões, exerce soberania gramatical e convoca sua comunidade a assenhorar-se dos critérios de valor, legitimidade e reconhecimento que organizam sua própria forma de vida.

Malcolm X personifica a habilidade periférica de identificar fulcros em um jogo de linguagem injusto. Ele não se limita a contestar enunciados isolados do liberalismo branco; incide sobre os critérios que tornam tais enunciados inteligíveis. Ao recusar o integracionismo, não reivindica mera inclusão sob padrões já dados. Questiona a autoridade do próprio padrão. Com frequência, ao ser perguntado sobre liberdade ou igualdade, respondeu disputando a gramática da questão, redefinindo o conceito de igualdade, por exemplo, em termos normativos: o branco não é o critério, não é a régua, ou o padrão pelo qual igualdade deve ser medida. Igualdade não consiste em ser “igual ao branco” nem em depender do reconhecimento branco. A questão é gramatical: quem fixa a régua fixa o mundo que ela mede. Recusar a régua do senhor é recusar a subjugação por critérios alheios. Trata-se de exercício explícito de soberania gramatical.

Essa intervenção na gramática injusta do jogo de linguagem assume a forma de alavanca interfixa. Malcolm X atua para deslocar o papel inferencial de conceitos aparentemente consensuais. Sob a gramática liberal dominante, “igualdade” carrega inferências de assimilação e pacificação. Ao bloquear essas inferências materiais e introduzir outras, como autodeterminação e autonomia coletiva, ele reorganiza o campo do que se segue de afirmar “igualdade”. Não há mera substituição de palavras, mas disputa pela gramática que fixa seu significado e seus efeitos normativos.

O *Partido dos Panteras Negras* evidencia um saber-prático coletivo que entrelaça as três modalidades de alavanca. Slogans como *Black Power* e *Black is Beautiful* operam como alavancas interfixas ao bloquear inferências materiais degradantes associadas à negritude e instituir inferências de dignidade e potência coletiva. Contudo, a intervenção não se esgota no plano inferencial. Ao criar programas comunitários de alimentação, saúde e educação, os Panteras construíram também infraestrutura material para uma gramática alternativa. Trata-se de alavancagem inter-resistente: a estabilização de novas regras de reconhecimento em práticas compartilhadas. Esses espaços funcionam como quilombos normativos, territórios de autodefesa conceitual e material contra a captura gramatical supremacista.

Há ainda a dimensão interpotente, decisiva tanto em Malcolm X quanto nos Panteras. Converter vergonha imposta em orgulho político desloca fulcros afetivos internalizados. Como vimos, Wittgenstein, em *Investigações Filosóficas* §109, descreve o enfeitiçamento que certas imagens exercem sobre o pensamento. Em chave periférica, pode-se falar em sedução gramatical: a internalização gradual de inferências materiais hegemônicas por meio de superestruturas de reforço, como escolas, evangelização compulsória, sistemas de recompensa e punição. A gramática colonial não é apenas imposta violentamente; infiltra-se no quadro de valores e afetos, corroendo a maneira como indivíduos concebem a si mesmos. A reversão afetiva operada pela alavanca gramatical de *Black is Beautiful* pressiona pela interrupção desse processo, tornando difícil o retorno ao enfeitiçamento anterior do avassalamento gramatical.

A alavanca gramatical, portanto, não é apenas semântica, ou inferencial. Ela é afetiva e prática também. Move o campo do dizível ao mover o campo do suportável, do desejável e do legítimo. Palmares, Malcolm X e o Partido dos Panteras Negras ilustram o núcleo da tese: o colonialismo não é apenas territorial e econômico, mas colonização da gramática. Resistir é também pressionar material e coletivamente, de maneira habilidosa, pela reversão dessa

captura por intervenções, ou técnicas de alavancagem, corretas, que incidem sobre os fulcros corretos com força coletiva adequada.

A metáfora do espelho não explica por que regimes de dominação persistem mesmo quando os fatos estão disponíveis. Como observa Fogelin (1985), desacordos profundos não se resolvem pela simples apresentação de informação adicional. O problema é a gramática, ou regime de critérios, que define o que conta como informação relevante e quem tem autoridade para apresentá-la. A resistência normativa protege certezas fulcrais contra refutação empírica. A lâmpada expressivista, decisiva em Brandom (1994; 2000), ilumina essas regras, mas permanece insuficiente. O *bootstrapping* inferencial é neutro demais para deslocar gramáticas violentas consolidadas. O que se requer é alavanca gramatical: intervenção coletiva sobre estruturas muito maiores do que agentes individuais, mediante identificação do fulcro adequado.

Em *Sobre a Certeza*, Wittgenstein (1969) descreve dobradiças ou eixos que sustentam a inteligibilidade dos jogos de linguagem. Politizar essa intuição implica reconhecer que transformar uma forma de vida injusta exige relocalizar seus fulcros normativos. Reverter o enfeitiçamento gramatical não é trocar rótulos, mas deslocar fulcros, ou eixos normativos, como “o branco é civilizado”, “o homem é o humano”, “o indígena é primitivo”, “a favela é carência” e instituir fulcros insurgentes e contra hegemônicos que redistribuem valor, legitimidade e reconhecimento.

As três modalidades de alavanca, interfixa, inter-resistente e interpotente (Silva, 2026a), operam de maneira complementar. No antirracismo, alavancas interfixas como *Black is Beautiful* reconfiguram inferências públicas; alavancas inter-resistentes constroem redes educacionais e culturais capazes de sustentar novos critérios; alavancas interpotentes consolidam reversões afetivas que impedem a reinstalação da vergonha. No antipatriarcado, intervenções inter-resistentes reconfiguram critérios institucionais de autoridade e legitimidade; no enfrentamento à transfobia, alavancas interfixas e interpotentes deslocam o fulcro que vinculava identidade a genitália; nas lutas indígenas, alavancas inter-resistentes instituem regimes próprios de decisão que bloqueiam a equivalência entre modernidade e humanidade plena.

Em todos esses casos, soberania gramatical designa a capacidade coletiva de instituir e proteger regras próprias de pertencimento e valor contra a violência gramatical e avassalamento gramatical. Aquilombamento normativo não é isolamento nem relativismo,

mas construção histórica de condições materiais para sustentar contra-gramáticas. Inspirados por Clóvis Moura (2022), compreendemos o quilombo como contra-sociedade, eixo territorial entre cativo e liberdade. No plano gramatical, aquilombar-se é criar e defender espaços coletivos em que a comunidade possa fixar seus próprios critérios, sem depender da régua do dominador.

Rupturas normativas podem implicar colapso de formas de vida inteiras; a colonização frequentemente produziu tal destruição. Contudo, onde houve organização e resistência coletivas, a gramática não foi simplesmente aniquilada, mas recriada, sustentada e transmitida. A alavancagem gramatical opera nesse intervalo entre destruição e reinvenção. Aquilombar-se gramaticalmente é construir novos eixos de sentido no interior do nicho ou da paisagem conceitual comum. Quando a alavanca correta incide sobre o fulcro correto com força coletiva suficiente, a gramática se move.

Conclusão

Sustentamos que, para grupos minorizados, a linguagem não pode ser concebida nem como espelho nem apenas como lâmpada. A metáfora do espelho naturaliza hierarquias ao tratá-las como descrição neutra de um mundo dado, convertendo violência histórica em fato aparentemente objetivo. A lâmpada neopragmatista, ao deslocar o foco para a explicitação das inferências e regras que estruturam nossos jogos de linguagem, representa avanço decisivo. Contudo, iluminar não basta. Gramáticas opressoras podem permanecer intactas mesmo quando plenamente explicitadas. Por isso propusemos o deslocamento da lâmpada à alavanca. O *bootstrapping* inferencial nomeia a técnica imanente de explicitar regras enquanto jogamos o jogo, transformando o implícito em disputável. A alavanca gramatical vai além: intervém nos fulcros normativos que sustentam a dominação. Como nas metáforas mecânicas mobilizadas por Wittgenstein ao falar de dobradiças, fulcros e eixos, trata-se de identificar pontos de apoio e pressionar coletivamente pelo seu reposicionamento por meio de intervenção organizada.

A metáfora da alavanca explicita a dimensão política da proposta. Mover estruturas muito maiores do que agentes individuais exige localizar o fulcro correto, empregar a ferramenta adequada e mobilizar força coletiva. Foi o que ilustraram Palmares, na leitura de Clóvis Moura e Beatriz Nascimento, e também o Partido dos Panteras Negras e Malcolm X. Palmares instituiu uma contra-gramática material, territorial e normativa, recusando

integração à ordem colonial. Os Panteras combinaram alavancas interfixas, como *Black is Beautiful*, com alavancas inter-resistentes, ao construir infraestrutura comunitária para sustentar novos critérios de reconhecimento. Malcolm X, ao afirmar que o homem branco não é o critério da igualdade, exerceu soberania gramatical ao deslocar o próprio critério de medida. Não se tratava de assimilação ou mera ampliação de direitos civis, mas de autodeterminação normativa. Aquilombamento normativo designa essa organização coletiva para defender e instituir regras próprias de pertencimento e valor. Se o colonialismo opera também como colonização da gramática, emancipar-se é assenhorar-se das regras. Quando a alavanca incide sobre o fulcro correto com força coletiva adequada, a gramática pode se mover e, com ela, o mundo que sustenta.

Agradecimentos

O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ – Nível 1D) e à Alexander von Humboldt Stiftung pelo apoio à pesquisa desenvolvida no Center of Human Abilities, em Berlim.

Referências bibliográficas

ABRAMS, M. H. *The mirror and the lamp: romantic theory and the critical tradition*. Journal of Aesthetics and Art Criticism, v. 12, n. 4, p. 527, 1953.

BRANDON, Robert. *Articulating reasons: an introduction to inferentialism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

BRANDON, Robert. *Between saying and doing: towards an analytic pragmatism*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BRANDON, Robert. *Making it explicit: reasoning, representing, and discursive commitment*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

FOGELIN, R. J. The logic of deep disagreements. *Informal Logic*, v. 7, 1985.

FISHER, Cynthia; JIN, Kyong-sun; SCOTT, Rose M. The developmental origins of syntactic bootstrapping. *Topics in Cognitive Science*, v. 12, n. 1, p. 48–77, 2020.

FULOP, Sean A. Semantic bootstrapping of type-logical grammar. *Journal of Logic, Language and Information*, v. 14, n. 1, p. 49–86, 2004.

LIDZ, Jeffrey. Learning, memory, and syntactic bootstrapping: a meditation. *Topics in Cognitive Science*, v. 12, n. 1, p. 78–90, 2020.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PEREGRIN, Jaroslav. *Inferentialism: why rules matter*. London and New York: Routledge, 2014.

PRAXEDES, Fábio; SILVA, Marcos. Gaslighting como violência gramatical: uma leitura baseada na epistemologia Wittgensteiniana. *Prometeus*, v. 17, n. 47, 2025.

Rorty, Richard. *Philosophy and the Mirror of Nature*. Princeton University Press, 1979.

RORTY, Richard. *Pragmatism as anti-authoritarianism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2021.

SANTANA, Jefferson; SILVA, Marcos. Sobre democracia racial, violência gramatical e certezas fulcrais: como um mito se torna regra no imaginário brasileiro. *ethic@*, Florianópolis, v. 24, p. 1–32, ago. 2025.

SCHROEDER-HEISTER, Peter. Proof-theoretic semantics. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2024. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/proof-theoretic-semantics/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SELLARS, Wilfrid. *Empiricism and the philosophy of mind*. Ed. Richard Rorty e Robert Brandom. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

SILVA, M. Negación, incompatibilidades materiales y densidad inferencial: una lectura brandomiana del Wittgenstein mediano. *Disputatio*, v. 8, n. 9, p. 541–562, 2019. DOI: <https://doi.org/10.63413/disputatio.150>.

SILVA, Marcos. Satz als Bild und Satz als Maßstab: Sobre o desenvolvimento normativo de uma metáfora. *Analytica - Revista de Filosofia, [S. l.]*, v. 25, n. 2, p. 84–102, 2023. DOI: 10.35920/1414-3004.2021v25n2-2p84-102.

SILVA, Marcos. Um Modelo Neopragmatista de Alavancagem Gramatical. *Trans/Form/Ação: revista de filosofia da Unesp*, Marília, v. 49, n. 1, e026003, 2026a.

SILVA, Marcos. *A Espiral Normativa: Neopragmatismo na revisão da Lógica*. Editora CLE Unicamp: Campinas, 2026b.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical investigations*. Oxford: Blackwell, 1953.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *On certainty*. Ed. G. E. M. Anscombe e G. H. von Wright. San Francisco: Harper Torchbooks, 1969.

Marcos Silva

Marcos Silva é atualmente Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. É também Pesquisador Produtividade nível 1D do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/Brasil). Desde 2023, atua como presidente da Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica. Silva realizou pesquisas e ocupou posições acadêmicas no Rio de Janeiro, Fortaleza, Maceió, Leipzig, Pittsburgh e Berlim, além de ter apresentado seus trabalhos em diversos países do Sul e do Norte Global. Seus interesses de pesquisa incluem filosofia da lógica, filosofia da linguagem, filosofia das ciências cognitivas e a filosofia de Wittgenstein. É editor dos volumes *Colours in the Development of Wittgenstein's Philosophy* (Palgrave, 2017) e *How Colours Matter to Philosophy* (Springer, 2017). Em 2018, recebeu o prêmio Fulbright Junior Faculty Member Award. Atualmente, é bolsista da Alexander von Humboldt Stiftung no Center of Human Abilities, em Berlim.

Os textos deste artigo foram revisados por terceiros e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação